

00850-2008-017-03-00-9-RO – 10ª Turma – Publicação: DEJT 13.08.2009

Recorrentes: PROFORTE S.A. TRANSPORTE DE VALORES (1) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (2)

Recorridos: OS MESMOS E (1) SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE BELO HORIZONTE-STTRBH (3)

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO DE GREVE. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para o ajuizamento de ação em que se questiona afronta ao exercício do direito de greve, em perfeita consonância ao disposto nos art. 127, *caput*, e 129, III, da CF, considerando tratar-se de interesse social que diz respeito a toda coletividade. No mesmo sentido o art. 6º, VII, “a”, e “d”, da CF, ao dispor que “*compete ao Ministério Público da União (...) promover o inquérito civil e a ação civil pública para (...) a proteção dos direitos constitucionais*”, e “*outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos*”. Cabe acentuar que o direito de greve tem assento constitucional e é versado no capítulo “Dos Direitos Sociais” (art. 9º).